



## Os Três Indianismos de José de Alencar Alencar's Three Indianist Novels

Dossiê: intérpretes do  
Brasil

Marcelo Lotufo\*

ORCID: 0000-0003-3716-4028

E-mail:  
lotufolda@gmail.com

Recebido: 11/11/2024  
Aprovado: 10/03/2025

### Resumo:

Este trabalho busca reler o indianismo de José de Alencar a partir de sua atuação política ao longo do Segundo Império. Defendo, aqui, que sua obra é afetada de forma direta pelos desgostos do autor vis-à-vis, principalmente, Pedro II, a encarnação do Estado monárquico brasileiro no período. A partir da leitura de cada um dos três romances indianistas de Alencar, *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874), e de sua atividade política e jornalística coetânea, mostro como seus romances são publicados em momentos diferente da relação do escritor, jornalista e deputado com a monarquia, e como estes diferentes momentos acabam internalizados nos romances definindo suas escolhas narrativas e possibilidades interpretativas. Com esta leitura espero mostrar que, além de um modelo geral de apoio do romantismo brasileiro ao Segundo Império, podemos também ler em nossos escritores românticos nuances advindos de indivíduos complexos e por vezes contraditórios, que nem sempre se enquadram em nossos modelos críticos e historiográficos de forma exemplar.

### Palavras-chave:

Romantismo; José de Alencar; Literatura e política; Segundo Império; Indianismo.

### Abstract:

This essay seeks to reinterpret the nativist work of José de Alencar through the lens of his political activities during the Second Empire. I argue here that his work is directly influenced by his grievances, particularly against Pedro II, the embodiment of the Brazilian monarchy. By examining each of Alencar's three Indianist novels — *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865), and *Ubirajara* (1874) — alongside his political and journalistic writings, I demonstrate how these novels were published at different stages of the writer, journalist, and member of the parliament relationship with the monarchy. Furthermore, I show how these varying moments are internalized in the novels, shaping their narrative choices and interpretive possibilities. Through this analysis, I aim to show that, beyond a general model of Brazilian Romanticism's support for the Second Empire, we can also discern nuances in our Romantic writers that stem from complex and sometimes contradictory individuals, who do not always fit neatly into our critical and historiographical models.

### Keywords:

Romanticism. Indianism. José de Alencar. Literature and politics. Second Empire.

---

\*Marcelo Lotufo é Doutor em Literatura Comparada pela Universidade de Brown, foi pesquisador pós-doutor na UNICAMP com apoio da FAPESP, e é professor de literatura brasileira na Universidade Federal de Santa Catarina. O foco de sua pesquisa nos últimos anos tem sido o romantismo brasileiro, revisitado a partir de uma perspectiva comparada.

## Introdução

Houve no romantismo brasileiro de meados do século XIX, como já exploraram Antonio Candido, Lilia M. Schwarcz, Bernardo Ricupero e outros, um esforço para construir um projeto literário unificado que alimentasse a iconografia oficial do Segundo Império, dando forma simbólica para as aspirações políticas da elite do período<sup>1</sup>. A literatura indianista romântica, neste sentido, é emblemática. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) surge uma leitura do indianismo que busca via nativismo criar um passado comum para a nação, reforçando culturalmente a independência política já conquistada em 1822. Busca-se, isto é, uma literatura que justifique a unidade territorial do império sob auspícios da monarquia de Bragança, ao mesmo tempo em que oferece símbolos para serem incorporados na vida política nacional. Uma literatura que, mesmo nativista, privilegiava as elites brancas e apagava a história real das populações indígena e negra na construção do país. Se esta leitura oferece linhas gerais para pensarmos a relação entre literatura e política no período como uma relação de apoio e construção da nação, ela também pode ocultar em sua abrangência as idiossincrasias de cada caso e indivíduo, assim como as nuances que a relação entre literatura e política, ou entre escritores e o Estado, assumem em uma economia regida pelo favor e pelo patrimonialismo. O próprio indianismo, como já apontou David Treece em seu seminal *Exilados, Aliados, Rebeldes*, possui uma história variada e, por vezes, conflitante nos seus diferentes desenvolvimentos, e deve ser lida com atenção tanto ao modelo geral de construção da nação já mencionado como às peculiaridades de cada autor particular.

Com este movimento duplo em mente, proponho retornarmos aos romances indianistas de José de Alencar, centrais para os debates sobre literatura e política no romantismo brasileiro, mas com atenção especial para as particularidades de cada um dos seus três livros. Ainda que haja uma clara afinidade de intenção conservadora entre a literatura do escritor cearense e o projeto político do Segundo Império, já apontada por críticos como Alfredo Bosi e Silviano Santiago, a relação do escritor com a monarquia esteve longe de ser uma relação pacífica e estável, variando de forma considerável durante a sua vida. Alencar, mais do que outros escritores, teve uma atuação política relevante e dinâmica, chegando a ocupar o importante cargo de ministro da justiça entre 1868 e 1870, e participou de forma direta nos debates entre liberais e conservadores, incluindo as disputas que levaram à abolição, contra a qual se posicionava. A sua atuação política como deputado e ministro significava uma relação próxima e complexa com o Estado e seus atores políticos, e não somente uma relação abstrata com o projeto nacional do

---

<sup>1</sup> A bibliografia sobre o assunto é extensa. O romantismo como um movimento político de afirmação da independência e de apoio ao Segundo Império é pedra de toque da historiografia literária brasileira para o período. Menciono na bibliografia alguns dos trabalhos dos autores supracitados centrais para esta leitura.

Segundo Império, já apontada por críticos como Alfredo Bosi e Silviano Santiago<sup>2</sup>, a relação do escritor com a monarquia esteve longe de ser uma relação pacífica e estável, variando de forma considerável durante a sua vida. Alencar, mais do que outros escritores, teve uma atuação política relevante e dinâmica, chegando a ocupar o importante cargo de ministro da justiça entre 1868 e 1870, e participou de forma direta nos debates entre liberais e conservadores, incluindo as disputas que levaram à abolição, contra a qual se posicionava. A sua atuação política como deputado e ministro significava uma relação próxima e complexa com o Estado e seus atores políticos, e não somente uma relação abstrata com o projeto nacional do Segundo Império e, por isso, pode ser lida de forma mais nuançada do que um apoio abstrato e irrestrito ao projeto nacional. Em outras palavras, há na atuação de Alencar um apoio negociado de posições que dependia dos interesses particulares e específicos de cada momento da vida do autor e da posição que ocupava ou almejava. Neste sentido, com vista tanto para a centralidade do indianismo de Alencar no romantismo oficial brasileiro, assim como para a sua relação dinâmica com o Estado (ou a coroa) durante todo o Segundo Império, retornemos a *O guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874) ressaltando a relação de Alencar com Pedro II e a monarquia durante a escrita e publicação de cada livro e a presença das tensões destes momentos específicos no enredo, tom e estrutura de seus romances. Espero, assim, que novas possibilidades de leitura se abram para estes livros, assim como emergja uma relação mais dinâmica entre política e literatura no século XIX brasileiro.

## José de Alencar e a “dialética da ambiguidade”

Pensar a relação entre escritores e a monarquia não é um assunto novo e já foi abordado por outros críticos. Como já apontou Roberto Schwarz, as relações sociais no Brasil foram historicamente marcadas pela escravidão e pela economia do favor, e isto não era diferente no mundo das letras<sup>3</sup>. Mais recentemente, Wilton Marques explorou a trajetória de Gonçalves Dias e como o autor equilibrou sua posição abolicionista com a necessidade de se aproximar da elite imperial para garantir a própria subsistência<sup>4</sup>. De uma família maranhense empobrecida após se envolver na Revolta da Balaiada, e de ascendência por parte de mãe africana e indígena, Dias dependeu de indicações e apoio estatal para sua ascensão social e no mundo das letras. Segundo Marques, mesmo não coadunando com o lento abolicionismo da coroa, ou com certas práticas políticas das elites que trabalhavam em interesse próprio, Dias manteve uma relação de proximidade com a monarquia e o imperador, negociando suas críticas à escravidão e ao sistema político do império. O poeta maranhense adiaría a publicação de suas críticas mais diretas

<sup>2</sup> Como colocou Bosi, “Há um nó apertado de pensamento conservador e metáfora romântica na rede narrativa de *O guarani*” (Bosi, 180); e, segundo Santiago, “o texto alencariano veicula o desejo de manter um discurso de liderança civil, camuflada por valores feudais” (Santiago, 112).

<sup>3</sup> Me refiro, aqui, à formulação schwarziana das “ideias fora do lugar”, mas o assunto está presente em boa parte de sua obra.

<sup>4</sup> O livro de Marques é uma análise bastante detalhada da relação entre Dias e o Segundo Império, com destaque para sua relação com os debates sobre a escravidão.

à ordem política e à escravidão, feitas no panfleto *Meditação*, até possuir uma posição mais estável no meio cultural do período. Para Marques, a necessidade de apoio oficial para a sua subsistência colocava Dias em uma dialética ambígua com o poder, na qual ele se esforçava tanto para salvaguardar sua independência de pensamento e senso crítico em relação ao governo, como para agradar os poderes constituídos e garantir sua presença nos círculos oficiais<sup>5</sup>.

A relação de Alencar com a monarquia tem suas próprias particularidades, mas não está livre da mesma dialética da ambiguidade que afligiu Dias. Filho de um senador do império, Alencar era parte de uma importante família cearense com presença na cena política nacional, e se estabeleceu bastante jovem na imprensa fluminense, como editor, comentarista político e escritor. Em *Como e porque sou romancista*, a sua breve autobiografia intelectual, Alencar rememora ler na sala enquanto seu pai discutia a maioria do imperador com outras importantes figuras políticas da regência, deixando claro que sua entrada na elite nacional precedia ao próprio Segundo Império e se dava pelo berço. Sua posição social, assegurada de certa forma pelo nascimento, lhe dava uma maior flexibilidade para expor suas opiniões e navegar os corredores da elite política e literária da época, mas não o isentava, como veremos, da necessidade de participar da economia de favor do período. Como outros membros da jovem elite imperial, Alencar se formara na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1851, e logo se tornou correspondente do *Jornal do Comércio*, escrevendo a coluna *Ao correr da pena*, de assuntos contemporâneos. Como aponta Álvaro Guerra, um dos primeiros biógrafos do autor, já neste início de carreira, Alencar buscava não se limitar a assuntos literários, tema com o qual se destacara nas revistas da Faculdade de Direito onde se formara, mas “mostrar que as suas preocupações literárias não o desviavam de estudos mais sérios” (Guerra, 06); isto é, ele também buscava se firmar no jornal como comentarista de assuntos políticos e econômicos e não só como um promissor autor de folhetins. Os escritos políticos de Alencar seriam uma constante em sua carreira, mesmo após ter se consagrado como o mais bem-sucedido folhetinista de sua geração, e deixam claro que suas ambições nunca se limitaram somente à literatura.

A posição social particular de Alencar ajuda a entendermos, ao menos em parte, a forma como se deu a sua entrada na cena literária nacional. Em um período marcado pelo servilismo e deferência, o jovem cearense inicia sua participação mais madura no debate público, afirmando sua independência. Em 1854, ao encerrar sua contribuição ao *Correio Mercantil*, Alencar alega discordância com os editores do jornal que haviam interferido em uma de suas colunas, e defende sua própria autonomia de pensamento, adiantando uma posição que seria sua marca:

---

<sup>5</sup> Esta relação de ambiguidade pode ser vista, também, na mudança de retórica dos jovens editores da revista *Nitheroy*, que modulariam suas críticas à escravidão e à Portugal após retornarem ao Brasil em 1838 e se aproximarem da coroa, como explorado em Lotufo, Marcelo. “Nitheroy, Revista Brasiliense (1836): A Political Bridge Between Rio de Janeiro, Paris, and Hispanic America” in *Elipsis: journal of lusophone studies*, v. 13, p.145-163, 2015.

“Sempre entendi que a revista semanal de uma folha é independente e não tem solidariedade com o pensamento geral da redação; principalmente quando o escritor costuma tomar a responsabilidade de seus artigos, assinando-os. A redação do Correio Mercantil é de opinião contrária; e, por isso, não sendo conveniente que eu continuasse “a hostilizar os seus amigos”, resolvi acabar com o Correr da Pena, para não comprometê-lo gravemente” (*apud.* Magalhães Jr. p. 59).

Bem conectado, entretanto, o escritor assumirá já no ano seguinte o cargo de redator-gerente do *Diário do Rio de Janeiro*<sup>6</sup>. É neste periódico que Alencar publica em 1856 o seu primeiro folhetim, *Cinco Minutos*, e onde se envolverá na conhecida polêmica com Gonçalves de Magalhães, que marcará oficialmente sua entrada nos debates literários de relevo do Segundo Império.<sup>7</sup>

Nesta polêmica, como editor do *Diário do Rio de Janeiro*, Alencar buscava tanto chamar atenção para o jovem jornal, como expor sua compreensão sobre o nascente romantismo, disputando com a geração anterior a direção do movimento. Para ambos os objetivos, nada melhor do que enfrentar a unanimidade que cercava Gonçalves de Magalhães, escritor dileto de Pedro II e eminência cultural do período. Ainda assim, na polêmica sobre a *Confederação dos Tamoios*, da qual o próprio imperador participará, Alencar não ataca as intenções do poeta – alinhadas com às da monarquia – mas sim a sua habilidade poética. Para Alencar, o poema de Magalhães não era bom o suficiente para ser tomado como o poema nacional de um povo, pois falhava na sua incorporação da cor local brasileira (i.e., na concepção alencarina, de imagens tropicais e temas autóctones); mas o jovem escritor concordava com a necessidade de se escrever um poema fundacional para o jovem país. Articulando o encontro entre europeus e indígenas, e a defesa da integralidade territorial brasileira contra o invasor francês, a *Confederação dos Tamoios* dialogava diretamente com os anseios do IHGB por uma literatura nacional, mas, para Alencar, se fiava demais nas concepções literárias neoclássicas e europeizantes da literatura colonial. O poema nacional não deveria ser um épico. Era preciso, para o escritor cearense, criar uma nova literatura brasileira que estivesse à altura da tarefa; algo que para o escritor só poderia ser feito a partir de uma perspectiva verdadeiramente romântica. Se Alencar entrava no debate literário nacional através de uma posição de dissenso, questionando a qualidade do poema de Magalhães, ele não deixava, entretanto, de demarcar o seu próprio nacionalismo e o desejo de ver surgir no Brasil uma literatura nacionalista que correspondesse às aspirações de Pedro II e da monarquia.<sup>8</sup>

Durante a polêmica, o imperador escreveria para diferentes personalidades das letras, desde o historiador anti-indianista Francisco Adolfo de Varnhagen até o poeta

<sup>6</sup> Ver, sobre isso, ARARARIPE JR., Tristão de A. Luizinha e Perfil Literário de José de Alencar. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980. p.146.

<sup>7</sup> Ver, sobre a polêmica, CASTELO, José Aderaldo. *A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.

<sup>8</sup> Segundo Eduardo Martins, as divergências apresentadas por Alencar vis-à-vis Magalhães eram de decoro e verossimilhança e não de posicionamento político, uma vez de que Alencar também se apresentava como defensor do Segundo Império e de seu projeto nacionalista. Ver, sobre isto, MARTINS, Eduardo Vieira. “Imaginação e história: o problema da verossimilhança nas Cartas sobre A confederação dos tamoios”. In: Boechat, Maria Cecília B.; Oliveira, Paulo M.; Oliveira, Silvana M. P. (orgs.). *Romance histórico: recorrências e transformações*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000

português Alexandre Herculano, pedindo que entrassem no debate para defender Magalhães. Quase todos, entretanto, concordariam com Alencar, ainda que preferissem, para evitar contrariar o monarca, manter suas críticas em privado. Gonçalves Dias, que já tivera seus desentendimentos com o establishment literário do Segundo Império após a publicação do seu *Meditação*, é uma das autoridades consultadas por Pedro II.<sup>9</sup> Dias, entretanto, responde concordando com a posição de Alencar quanto aos problemas do poema, ao mesmo tempo em que reforça a importância de Magalhães para as letras nacionais, tentando talvez mitigar sua discordância com o imperador. Somente Alencar, entre os escritores nacionais, parecia disposto a discordar publicamente do imperador. Ainda que durante a polêmica o escritor usasse o pseudônimo de IG, sua posição de editor no jornal entregava a autoria das cartas, um segredo mal guardado que ele encerraria no ano seguinte com a organização e publicação dos textos da polêmica sob o seu nome real. O que nos interessa, entretanto, é perceber como Alencar surge nas letras nacionais como uma voz dissonante, mas também como alguém preocupado com a literatura brasileira; como uma voz independente, mas que defende o nacionalismo nas letras do período e a promessa e grandeza do Segundo Império.

## 1857, *O Guarani*: um momento de afirmação

Se, devido a polêmica com Magalhães, havia alguma dúvida sobre o desejo de Alencar em se aliar à monarquia e galgar seu próprio espaço na literatura oficial do período, com a publicação de *O guarani* em 1857 esta dúvida se esvai. Alencar deixa claro que os seus anseios nacionalistas e suas propostas literárias são as mesmas do Segundo Império. Visto sob a luz da polêmica nas páginas do Diário do Rio de Janeiro, o livro confirma o que vimos discutindo: as críticas de Alencar à *Confederação dos Tamoios* não eram críticas ao nacionalismo literário de Magalhães, mas sim uma discordância sobre os rumos estéticos do próprio romantismo, aliada a uma tentativa de marcar a própria entrada na cena literária nacional e ao desejo de ver o jornal que editava no centro dos debates da época. Neste sentido, basta vermos como *O guarani*, assim como a *Confederação dos Tamoios*, entrelaça, através do encontro entre portugueses e indígenas, a narrativa fundacional do Brasil à própria instauração da monarquia de Bragança, correspondendo ao desejo de consolidação política do Segundo Império expresso pela literatura oficial do período e o IHGB. De seu modo, após a polêmica com Pedro II, Alencar estendia a mão à monarquia.

Isto é, a história do clã de Dom Mariz é uma história de respeito à ordem e à própria coroa de Bragança. O romance, como já notado por Alfredo Bosi e outros, se inicia com uma emblemática descrição de exuberância tropical, na qual se enfatiza a

<sup>9</sup> Todas as cartas da polêmica se encontram no volume MAGALHÃES, Gonçalves de. *A Confederação dos tamoios edição fac-simile org.* Luís Bueno e Maria Eunice Moreira. Curitiba: EDUFPR, 2007.

relação de vassalagem do rio Paquequer, às margens do qual a história irá se situar, com o rio Paraíba. Mais do que simplesmente retomar os topoi de riqueza e promessa associados aos trópicos desde a colônia,<sup>10</sup> Alencar faz um comentário, a partir da relação de um rio e seu afluente, sobre as relações de poder e respeito necessárias para o estabelecimento e funcionamento da monarquia:

“É o Paquequer: saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espreguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito. Dir-se-ia que, vassalo e tributário desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do suserano. Perde então a beleza selvática; suas ondas são calmas e serenas como as de um lago, e não se revoltam contra os barcos e as canoas que resvalam sobre elas: escravo submisso, sofre o látego do senhor.” (27)

Como aponta Timothy Morton (2009, pp. 20-21), a natureza é, para o colonizador europeu e seus descendentes, uma folha em branco na qual projetam as suas aspirações. Podemos aventar, então, que ao descrever a relação entre os rios Paquequer e o Paraíba como uma relação de vassalagem e suserania, Alencar dá voz ao anseio do Segundo Império por ordem e hierarquia; um anseio que respondia aos anos conturbados da regência, marcados por revoltas separatistas e por desentendimentos quanto aos rumos do país.<sup>11</sup> Vale lembrar, como já vimos, que o pai de Alencar participara de forma ativa do clube maiorista, e se envolvera diretamente com a consolidação do Segundo Império. Ademais, saído de uma polêmica onde debatera com Magalhães e o próprio Imperador, o tema da vassalagem também se mostra relevante de um ponto de vista pessoal para Alencar. Isto é, ao tratar do tema da ordem já na abertura do seu romance, o escritor demonstra conhecer a importância do respeito à hierarquia para a construção e manutenção do projeto político da monarquia, um assunto que será expandido ao longo do romance. O jovem rebelde, como o rio Paquequer, iniciara a sua jornada de uma forma caudalosa, mas entendia (como também entendera Gonçalves Dias) haver limites para a sua rebeldia. Para ascender dentro da hierarquia política e literária do período, afinal, era preciso se adequar ao projeto político vigente. Alencar estava preso à mesma dialética de ambiguidade que marcara a relação de Dias com o império, ainda que, como um homem branco e de uma família tradicional, o escritor cearense navegasse com maior latitude este cenário, muitas vezes tensionando seus limites.

Em *O guarani*, contudo, o respeito e desrespeito à hierarquia são centrais para o enredo e estabelecem os parâmetros para o encontro fundacional entre Ceci e Peri. Na dicotomia folhetinesca do livro, os bons respeitam a ordem, enquanto os maus a questionam. Quando somos apresentados a Dom Mariz, o nobre senhor do Paquequer, somos informados que os seus valores (e de sua família) são os da ordem, respeito e fidelidade; valores que ele impõe a todos aqueles que habitam a sua sesmaria. Dos

<sup>10</sup> Ver, neste sentido, HOLANDA, Sergio Buarque. *Visão do paraíso*. São Paulo: Cia das letras, 2010.

<sup>11</sup> Ver sobre a regência CARVALHO, José Murilo de. “A vida política” em *A construção nacional: 1830 – 1889*. Org. José Murilo de Carvalho. São Paulo: Objetiva, 2012.

aventureiros que compõe o seu bando à sua filha Ceci e ao indígena Peri, todos lhe devem obediência. Nas suas terras, a sua palavra é lei e suas decisões são inquestionáveis, um autoritarismo aceito pelo narrador como necessário: “a severidade [de Dom Mariz] tinha apenas o efeito salutar de conservar a ordem, a disciplina e a harmonia” (32). E Dom Mariz, como o próprio afirma, é um representante em terras americanas do rei de Portugal, ao qual se liga por uma relação de vassalagem, assim como o Paquequer se liga ao Paraíba:

“Para D. Antônio e para seus companheiros a quem ele havia imposto à sua fidelidade, esse torrão brasileiro, esse pedaço de sertão, não era senão um fragmento de Portugal livre, de sua pátria primitiva; aí só se reconhecia como rei ao duque de Bragança, legítimo herdeiro da coroa; e quando se corriam as cortinas do dossel da sala, as armas que se viam eram as cinco quinas portuguesas, diante das quais todas as frentes se inclinavam” (32).

Ademais, ao definir o caráter de Dom Mariz, o narrador prega respeito a ninguém menos do que à linhagem de Bragança. Isto é, o que leva o clã dos Mariz para as margens do Paquequer, permitindo o encontro entre Ceci e Peri, é a própria lógica de suserania e vassalagem defendida pelo fidalgo e expressa na cena de abertura do livro. Como o narrador nos informa, a junção das coroas da Espanha e de Portugal sob Felipe II, após o desaparecimento de Dom Sebastião na batalha de Alcácer e Quibir e a morte do Cardeal Dom Henrique sem herdeiros, leva Dom Mariz a se retirar dos serviços à coroa, mudando para a sua sesmaria e evitando servir à dinastia de Habsburgo. Isto é, Dom Mariz se mantém fiel ao duque de Bragança na disputa pelo trono de Portugal, trono que será retomado pela linhagem de Bragança em 1640. Dom Mariz defende uma linhagem que não por acaso desembocaria na própria monarquia brasileira: “português de antiga têmpera, fidalgo leal, entendia que estava preso ao rei de Portugal pelo juramento da nobreza, e que só a ele devia preito e mensagem. Quando, pois, em 1582, foi aclamado no Brasil D. Felipe II como o sucessor da monarquia portuguesa, o velho fidalgo embainhou a espada e retirou-se do serviço” (32). O gesto de Alencar no romance, ao pregar fidelidade à dinastia de Bragança, demarca de forma clara que a fundação do Brasil – o encontro entre Peri e Ceci, ou entre portugueses e indígenas – tem como horizonte o próprio respeito à monarquia de Bragança; um gesto similar ao professado por Gonçalves de Magalhães na *Confederação dos Tamoios*.

O destino trágico do clã dos Mariz em *O guarani* acaba selado pela desobediência e rompimento da ordem imposta pelo fidalgo. Em primeiro lugar, Dom Diogo Mariz desobedece a seu pai que pregava cuidado e respeito aos nativos e, ao matar por descuido uma jovem aimoré, causa a ira da sua tribo que ataca a fortaleza do Paquequer. Junto a isto, há a chegada do estrangeiro Loredano, um ex-padre italiano que se encanta com Ceci e, com o intuito de sequestrá-la e possuí-la carnalmente, alimenta uma revolta entre os aventureiros, rompendo o pacto de ordem e respeito destes com o patriarca dos Mariz. Antes mesmo de chegar ao Paquequer, ao encontrar o mapa das minas de Robério Dias,

Loredano abandona a igreja e parte em busca de riquezas. Isto é, o vilão maior do livro, o ex padre jesuíta, não respeita as hierarquias impostas, primeiro pela igreja ao deixar a batina em busca de riquezas, e depois por Dom Mariz ao trair o chefe que o recebera mediante um juramento de obediência. O questionamento da liderança do fidalgo pelos revoltosos leva a divisão dos bandeirantes em facções litigiosas que dificultam, entre outras coisas, a defesa do Paquequer contra o iminente ataque aimoré. O respeito e o desrespeito à ordem e hierarquia são o motor da narrativa criada por Alencar. E os perigos de se revoltar contra as estruturas estabelecidas ficam claros com o fim trágico do grupo, do qual sobrevivem somente o casal Ceci e Peri, não por acaso entre os mais fiéis à ordem imposta pelo fidalgo, e que poderão dar seguimento à história em um âmbito mítico.

O resultado desta lógica, que serve à própria agenda de hegemonia e pacificação nacional do Segundo Império, pode ser visto na conversão de Peri, que permitirá que o livro se torne em seu epílogo um romance fundacional para o Brasil. Para se tornar um par viável à Ceci, o herói indígena precisa aceitar ser batizado por Dom Mariz, entrando por completo no mundo cristão e nas relações de fidalguia e vassalagem centrais para a construção do romance. De joelhos, Peri é batizado e assume como seu o nome o de Dom Mariz, prometendo defender Ceci e levá-la ao Rio de Janeiro; promessa que acaba impedida de ser cumprida dentro do livro pela grande enchente que carrega o casal para o interior do país. Como aponta o fidalgo, a relação entre portugueses e nativos não precisava ser uma de conflito, como ocorria em relação aos aimorés, mas poderia ser uma de respeito. Seguindo o caminho já indicado por Ferdinand Denis e também pelo próprio Magalhães, bastava que os indígenas aceitassem o cristianismo e o domínio português, e por conseguinte a monarquia de Bragança como legítima, para integrarem o projeto “civilizatório” da colonização;<sup>12</sup> bastava entrarem em uma relação de vassalagem com a monarquia, tornando-se seus súditos, para serem redimidos na literatura do período de sua posição de selvagens: “os índios”, diz Dom Mariz, “quando nos atacam, são inimigos que devemos combater, quando nos respeitam, são vassalos de uma terra que conquistamos, mas são homens” (47).

*O Guarani*, assim, sublinha uma lógica de lealdade à monarquia e ao projeto do Segundo Império que, visto em contraponto com a disputa entre Alencar e Magalhães, serve para apaziguar as diferenças entre o escritor cearense e o establishment literário do período. Alencar, com o seu romance, defende suas escolhas estéticas e a necessidade de se repensar a literatura nacional em sintonia com as propostas do romantismo, em oposição a certo impulso classicizante ainda presente em Magalhães e pertencente, para Alencar, à literatura colonial. Tudo isto, entretanto, sem perder de vista a lealdade à coroa. Em

---

<sup>12</sup> Sobre as propostas de Denis para a junção das três raças brasileiras sob auspícios da portuguesa, ver LOTUFO, Marcelo. “How Brazilians Became Frenchmen; or Ferdinand Denis and Coloniality of Power” In. *Latin American Literary Review* v. 43 n.86. p. 117 – 135, Julho-Dezembro, 2016.

outras palavras, Alencar marca sua independência estética, mas também sua disposição em participar da construção do projeto literário e político do Segundo Império, se reaproximando da monarquia. Não por acaso, dois anos depois, em 1859, Alencar ingressaria na Secretaria de Justiça e, em 1860, entraria para o partido conservador, iniciando oficialmente a sua carreira na política nacional e se integrando por completo à elite política da época. A trégua entre o escritor e Pedro II, entretanto, não duraria para sempre e logo a sua personalidade de polemista voltaria a perturbá-la.

## 1865, *Iracema* e as *Cartas de Erasmo*

Em 1865, oito anos após a publicação de *O Guarani*, quando Alencar publica *Iracema*, sua posição como escritor e jornalista na corte já está consolidada, assim como a sua carreira política. Com a morte de seu pai em 1860, mesmo ano em que Alencar se elege deputado do império, o escritor assume oficialmente o papel de herdeiro político da família. Ao mesmo tempo, entretanto, Alencar reafirma o seu desejo de independência também em relação ao próprio pai e ao seu legado, filiando-se não ao partido liberal como seu genitor, mas ao partido conservador. Em 1865, com seu partido na oposição, Alencar publica a primeira leva de suas *Cartas de Erasmo*, uma série de cartas públicas dirigidas inicialmente ao imperador, e posteriormente ao povo brasileiro, nas quais busca discutir a política do período e oferecer conselhos ao soberano sobre os rumos que o país tomava. Alencar não participa somente dos debates culturais, ou da construção da iconografia do império, mas é parte do corpo legislativo e busca se tornar uma figura influente na política. Em 1865, buscando defender o retorno do seu partido ao poder, Alencar se mostra bastante crítico aos últimos anos do Império: “Decênio fatal foi esse que ao vigoroso império, cheio de seve, transformou em país decadente, salteado de temores, oberado de males” (875). Se o primeiro romance indianista do autor fora publicado no fim de um momento de otimismo que seguira a consolidação do sistema parlamentarista e a estabilidade trazida pela maioria de Pedro II, *Iracema* chega a público quando este mesmo modelo e a política da conciliação instituída nos primeiros anos do Segundo Império apresentava sinais claros de esgotamento e era alvo de críticas.<sup>13</sup> Doris Sommer, Vagner Camilo e outros já demonstraram como *Iracema*, além de uma narrativa fundacional para o Brasil, também é um comentário sobre a política do período.<sup>14</sup> Nos interessa, entretanto, pensar como o livro, além de um comentário consciente sobre as relações políticas coetâneas, incorpora uma atitude pessimista em relação ao Brasil, ou um tom soturno, que está alinhado ao demonstrado por Alencar nas *Cartas de Erasmo* e que se mistura com o próprio tecido fundacional do livro.

<sup>13</sup> Sobre a política da Conciliação, ver Rodrigues, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

<sup>14</sup> Sobre a relação de *Iracema* com a conciliação e a política do Segundo Império, ver as leituras de SOMMER, Doris. “O guarani e *Iracema*: um indigenismo de duas faces” em *Ficções de Fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004; e CAMILO, Vagner. “Mito e história em *Iracema*: a recepção crítica mais recente” In. *Novos Estudos Cebrap* n. 78 p.169 – 189, Julho 2007.

É preciso ressaltar que mesmo discordando dos rumos do país, Alencar continua em 1865 enfatizando sua lealdade à coroa: “Monarca, eu vos amo e respeito. Sois nestes tempos calamitosos de indiferentismo e descrença um entusiasmo e uma fé para o povo” (872). Apesar do endereçamento a Pedro II, há um cuidado de Alencar na primeira leva de suas *Cartas de Erasmo* em não incluir o soberano como parte do problema, mas sim como a sua possível solução, como aquele que poderia colocar fim ao impasse político causado pela conciliação; uma abordagem semelhante à do liberal Joaquim Manuel de Macedo na sua sátira política *As memórias do sobrinho do meu tio*, publicada dois anos após *Iracema*. As disputas políticas na assembleia não afetavam o consenso monarquista da elite que orbitava no entorno do trono, na qual se incluíam Alencar e Macedo, ainda que gerassem uma retórica por vezes belicosa entre liberais e conservadores. Não é de se estranhar, então, que Alencar publique uma nova alegoria para a fundação do Brasil, mesmo enquanto traça críticas ao sistema político nacional. Não há um rompimento com o projeto do Segundo Império, mas sim uma tentativa de corrigir os seus rumos; de refunda-lo. A alternância e compartilhamento do poder por liberais e conservadores que, segundo Alencar, continuava regendo a atuação do poder moderador na década de 1860, levava a um embotamento das diferenças entre os partidos e era um incentivo à imobilidade e ao fisiologismo político: “essa corrupção geral dos partidos e dissolução dos princípios que tinham até então nutrido a vida pública no Brasil, é o que se convencionou chamar conciliação” (882). Era contra o achatamento da política, então, que Alencar escrevia; não contra o império ou o imperador.

Seguindo a tônica geral do indianismo oficial, *Iracema* possui um forte caráter nacionalista e se organiza como uma narrativa que desemboca no nascimento de um novo povo, surgido a partir do encontro entre portugueses e indígenas. Este encontro continua o principal marcador da fundação da brasilidade, e a história de amor entre Martim e Iracema se entrelaça com a história (e a defesa) do próprio território nacional, algo que nos remonta a *O Guarani*, mas também à Confederação dos Tamoios, de Gonçalves de Magalhães. A disputa entre potiguaras e tabajaras em *Iracema* desdobra-se, através de alianças, na disputa entre portugueses e franceses pelo território brasileiro. Se numa primeira leitura há inúmeras semelhanças com o indianismo alencariano da década de 1850, há na construção do romance uma importante inversão em relação ao livro anterior, como percebido por David Treece no seu estudo já mencionado, que resulta em uma nova perspectiva para este encontro. O livro de 1865, desde a sua primeira linha, busca abraçar o ponto de vista dos próprios povos ameríndios no encontro com o colonizador, deixando claro que o início do novo país é, também, o fim do reinado destes povos originários. É Martim quem entra no mundo de Iracema e de Poti, e não o contrário como acontece inicialmente com Peri, que se junta ao clã dos Mariz. E mesmo que este mundo autóctone seja criado a partir da leitura dos cronistas, dos primeiros estudos etnográficos feitos pelo IHGB, mas também da bíblia e de mitologias

fundacionais do ocidente, isto é, a partir do próprio ponto de vista europeu de Alencar, a inversão narrativa proposta tem consequências incontornáveis para todo o seu argumento. Em outras palavras, se ambos os livros partem do mesmo impulso fundacional, eles apontam para diferentes sentidos da colonização, que pode ser vista tanto como início de uma era, quanto como o fim de outra. E em 1865, Alencar decide falar menos dos ganhos de Martim e mais das perdas de *Iracema*, o que traz para a fundação do Brasil um aspecto mais sombrio quando comparado a *O Guarani*, como veremos a seguir.

No romance, a virgem dos lábios de mel trai a tribo dos Tabajaras e o segredo da Jurema para se juntar ao estranho que encontrara nas matas, mas, como aponta seu irmão Poti, ela não encontra a felicidade que esperava ao se juntar a Martim: “seu irmão pensava que a tristeza ficara nos campos que abandonaste; porque trouxeste contigo todo o riso dos que te amavam” (1112). Apesar do sacrifício de Iracema, Martim é incapaz de se entregar de forma completa à indígena; uma diferença clara se o comparamos com Peri, que abandona sua tribo para seguir e proteger a portuguesa Ceci. E, mesmo quando comparado com Ceci, a parte portuguesa do casal do livro de 1857, o passado português de Martim se mostra como um peso. Ele é incapaz de tornar-se brasileiro, ou mesmo de viver o seu amor por Iracema de forma plena, sendo constantemente lembrado de que é um súdito de Portugal. Diferente de Ceci que só reconhece o Paquequer como sua casa, Martim tem memórias da metrópole que o impedem de assumir o Ceará como o seu presente e futuro. E mesmo após se juntar em matrimônio à bela indígena, ele continua pensando em Portugal, onde o espera uma outra prometida: “Martim se embala docemente; e como a alva rede que vai e vem, sua vontade oscila de um a outro pensamento. Lá o espera a virgem loura dos castos afetos; aqui lhe sorri a virgem morena dos ardentes amores” (1087). Incapaz de se entregar por completo, dividido entre o aqui e o lá, Martim parte junto de Poti para lutar contra a tribo dos tabajaras e o invasor francês, deixando Iracema sozinha por longos períodos, afastada de sua família e sem a presença do seu amado. É o lamento da solitária indígena que marca a narração do livro, chegando ao próprio rebento fundacional que nasce da união entre Portugal e América. Moacir, num dos momentos mais emblemáticos do romance, é denominado por Iracema como “o nascido do meu sofrimento” e, mais adiante, ela completa: “Tua mãe também, filho de minha angústia, não beberá em teus lábios o mel de teu sorriso” (1111). O primeiro cearense, fruto do encontro entre portugueses e indígenas, rebento fundacional do mito de Iracema, parece minar o otimismo que se esperaria em um romance fundacional, apontando para a dor e abandono da protagonista e não para um novo futuro. Em outras palavras, a promissora nação brasileira não parecia tão promissora para Alencar em 1865.

O tom melancólico que percorre o livro, como aponta o próprio escritor, tem ligação direta com o pessimismo político daquele período. Sem ignorarmos a importância

presciente do caráter sacrificial do indianismo de Alencar, o tom melancólico da narrativa é diretamente relacionável às *Cartas de Erasmo*. O pessimismo que o livro revela em relação a esta nova nação, surgida em meio a dor e sofrimento, está alinhado com a linguagem que o autor assume em suas cartas políticas. Sua escrita ficcional, desde seu início como folhetinista e dramaturgo, nunca esteve separada da sua escrita política e ocupava as mesmas páginas do jornal. Desde a peça *O crédito*, de 1857, sobre a reforma tributária que ele também discutira na sua coluna no jornal, Alencar deixa claro que não via problema em utilizar da sua literatura para avançar sua agenda política. Nada mais natural, então, que suas cartas políticas de 1865 reverberassem no livro publicado no mesmo ano, resguardadas as particularidades do gênero no qual trabalhava. O tom negativo sobre o Brasil é o mesmo nos dois textos. Nas cartas para o Sr. Jaguaribe, que abrem e fecham *Iracema*, indicando a maneira como o autor gostaria que o seu livro fosse lido, Alencar conecta de forma direta o romance aos debates políticos daquela década. Ele retoma as suas críticas à *Confederação dos Tamoios*, falando da importância da pesquisa de línguas autóctones para a linguagem edênica que desenvolve para *Iracema*, mas também aponta que o livro teria nascido da sua própria melancolia quanto aos rumos do país em um momento que discordava das decisões políticas tomadas pela monarquia:

“Há de recordar-se você de uma noite que, entrando em minha casa, quatro anos a esta parte, achou-me rabiscando um livro. Era isso em uma quadra importante, pois que uma nova legislatura, filha da nova lei, fazia sua primeira sessão; e o país tinha os olhos nela, de quem esperava iniciativa generosa para melhor situação. Já estava eu meio descrito das coisas, e mais dos homens; e por isso buscava na literatura diversão à tristeza que me infundia o estado da pátria entorpecida pela indiferença. Cuidava eu, porém, que você, político de antiga e melhor têmpera, pouco se preocupava com as coisas literárias, não por menosprezo, mas sim por vocação” (1122)

Ademais, se a conclusão de um livro diz algo sobre as suas intenções, a comparação entre os finais de *Iracema* e *O Guarani* é bastante reveladora e aponta para os diferentes momentos da relação de Alencar com a monarquia na publicação de cada livro. Como vimos, *O Guarani* termina com um epílogo mítico que aponta para a nova e promissora vida do casal central do livro, enquanto a conclusão de *Iracema* acontece sob a marca da ausência da heroína, morta algumas páginas antes. Depois de quatro anos em Portugal, Martim retorna “às terras que foram de sua felicidade e são agora de amarga saudade” (1115). E se os portugueses venceram o embate contra os franceses pelas terras da colônia, também causaram a morte de Iracema e a destruição das tribos que ali viviam. Martim, de volta ao Brasil, não é acompanhado de Moacir, que acaba esquecido no último capítulo do romance. Sua única alegria está no reencontro com Poti, seu companheiro de lutas que, como Peri, se curva diante do colonizador jurando lealdade à coroa portuguesa e assumindo a fé cristã. Em um gesto que parece ligá-lo ao herói de *O Guarani*, Poti também abandona o seu nome, assumindo o nome português de Antonio Felipe Camarão. O novo nome conecta a história de Iracema à luta portuguesa contra os holandeses pelo controle do nordeste brasileiro, do qual Camarão fora um herói, mas

também faz uma homenagem à igreja e outra à coroa: “Ele recebeu com o batismo o nome do santo cujo era o dia e o do rei, a quem ia servir, e sobre os dois o seu, na língua dos novos irmãos. Sua fama cresceu e ainda hoje é o orgulho da terra, onde ele primeiro viu a luz” (1116). O nacionalismo do Segundo Império, a necessidade da vitória portuguesa e da criação de um passado mítico para o país, continuam presentes, mas agora com uma leve ironia. Se lembrarmos que Dom Mariz escolhera se refugiar no Paquequer como forma de manter a sua lealdade ao duque de Bragança, recusando servir ao rei da Espanha que assumira o trono de Portugal em 1560, é exatamente Felipe II da dinastia dos Habsburgos, recusado por Alencar no seu primeiro romance indianista, o monarca homenageado no nome cristão de Poti no capítulo final de *Iracema*. Intencionalmente ou não, Alencar aponta ao final do livro para uma maior ambiguidade na sua relação com a monarquia de Bragança, um gesto certamente ligado ao seu sentimento negativo em relação aos rumos do país e à resistência do imperador em reconduzir o seu partido ao poder colocando um fim ao período da conciliação.

## 1874, Ubirajara e a crise definitiva

O partido conservador voltaria ao poder em 1868, com o segundo gabinete do Visconde de Itaboraí, quando Alencar seria convidado para assumir o ministério da justiça. Enquanto no governo, Alencar praticamente não publicaria, retomando sua carreira de escritor somente em 1870, após um desentendimento com o imperador que o tiraria do ministério, como veremos mais adiante. A década que separa *Iracema* e *Ubirajara*, portanto, vira Alencar chegar ao posto de ministro da justiça, mas também ter sua ambição maior de ocupar o cargo vitalício de senador pelo estado de Ceará, o mesmo cargo que seu pai ocupara, interrompida por Pedro II. O cenário político, com a ascensão do republicanismo, os altos custos sociais e econômicos da guerra do Paraguai, e a iminência da abolição aceita pelo próprio imperador e contra a qual o escritor se pronunciara, dificultavam uma reaproximação política do autor com a coroa, levando-o a retornar ao indianismo, mas agora em novos termos, não mais ligando sua ficção de forma direta à monarquia de Bragança e às narrativas nacionalistas do Segundo Império.

Ao publicar *Ubirajara*, em 1874, Alencar estava em pé de guerra com o establishment da Monarquia e desenganado com o imperador. Além do desentendimento pessoal do autor com Pedro II que exploraremos a seguir, a simpatia sempre muito negociada e cautelosa da coroa pela causa abolicionista desagradava a Alencar. Antes de tornar-se ministro, em 1867, o escritor cearense publicara uma nova leva de suas *Cartas de Erasmo*, focando primariamente na escravidão.<sup>15</sup> Grosso modo, nestas cartas Alencar defende que a abolição não deveria ser imposta pelo legislativo, mas deveria acontecer de

<sup>15</sup>Me refiro aqui a Alencar, José de. *Ao imperador: novas cartas políticas de Erasmo*. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro e Cia, 1867. Estas cartas, como está bem documentado, não foram incluídas na obra completa do autor publicada em 1965. Por isso todas as referências são ao volume publicado pela editora Hedra e indicado na bibliografia final como *Cartas a favor da escravidão*.

forma natural, ao sabor dos proprietários e das mudanças econômicas do país. Alencar critica o imperador por promover a libertação de escravizados mesmo no contexto da Guerra do Paraguai, quando senhores eram incentivados a libertar seus cativos para que se juntassem ao exército na linha de frente: “Grande erro, senhor, prejuízo rasteiro que não deveria nunca atingir tal altura vosso espírito. Estas doutrinas que voz seduziram, longe de serem no Brasil e nesta atualidade impulsos generosos de beneficência, tomam ao revés o caráter de uma conspiração do mal, de uma grande e terrível impiedade” (61). Fora do Ministério da Justiça em 1870, Alencar veria as propostas abolicionistas se consolidarem e avançarem de forma inequívoca, levando eventualmente à aprovação em 1871 da lei do Ventre Livre. Não é de se estranhar, então, que a questão da escravidão continuasse ausente da sua escrita indianista nesta sua terceira fase. Como lembra Angela Alonso (2015, p.369), a proposta indianista de Alencar passava pelo alijamento da presença negra no Brasil, uma decisão literária alinhada com seu posicionamento político e em sintonia com sua posição escravagista defendida na tribuna e jornais até o fim da vida.

Nos anos em que Alencar esteve no ministério, os conflitos entre ele e Pedro II tomaram ares de desentendimentos pessoais, chegando a um ponto inédito de tensão entre os dois desde a disputa sobre *A confederação dos Tamoios*. Pedro II seguia de perto a atuação de seus ministros, inquirindo sobre acontecimentos em províncias distantes da corte, e propondo ações diversas no andamento das pastas, muitas vezes através de recados e notas que acabariam preservados nos arquivos oficiais. Em agosto de 1868, por exemplo, Pedro II envia uma nota para o ministério da justiça: “Sr. Alencar, sem ter tempo de examinar o fato a que se refere a carta que acompanha o ofício do vice-presidente de Minas; mas à vista da representação deste e do parecer do Ministério, aguardo o decreto para assiná-lo. Basta mandá-lo na pasta; não é preciso que o Sr. venha” (apud MENEZES p. 114). O imperador, de quem Alencar cobrara nas primeiras *Cartas de Erasmo* uma atitude proativa e intervencionista, fazendo uso do poder moderador, para encerrar a política de conciliação e o governo liberal, agora incomodava o escritor exatamente por sua proatividade e intromissão no dia a dia do ministério.

Em março de 1869, em outra nota, Pedro II ofereceria sua própria leitura de acontecimentos tratados pela pasta da justiça, discordando frontalmente do seu ministro: “A nomeação do filho do Barão do Turvo para assistir à eleição de Passa-Três não foi acertada. O auto de corpo-de-delito é insuficiente. A prisão de Vítor Tertuliano feita pelo subdelegado dos Prazeres na Bahia não me parece ter sido legal” (apud MENEZES p. 127). Alencar, sempre cioso de sua independência, se irritava com a intromissão do monarca, e interromperia o envio do clipping <sup>15</sup>diário das ações da pasta ao imperador, visando uma menor intromissão da coroa nas suas atividades (ver MAGALHÃES JR. p. 219). Seria neste contexto de disputa silenciosa e animosidade que Pedro II barraria a indicação de Alencar para o senado em 1870, mesmo após este ganhar a eleição para o

Mesmo neste momento de distanciamento entre o escritor e a monarquia, a associação entre o seu indianismo e o império, presente desde a publicação e recepção favorável de *O guarani*, continuava sendo usada pela monarquia para fomentar um sentimento de união nacional. Em 1870, com as montagens em Milão e no Rio de Janeiro da versão operística de Carlos Gomes da história de Ceci e Peri, o romance de Alencar voltava a ser utilizado para projetar uma imagem de unidade nacional e promessa de um futuro promissor para a nação em um momento de instabilidade para a monarquia. Após a apresentação da ópera no Rio de Janeiro, não por acaso feita no aniversário do próprio Pedro II, Carlos Gomes receberia a Comenda da Rosa das mãos do monarca, e seu sucesso seria visto como uma comprovação das políticas culturais da coroa. Alencar, entretanto, expressaria em privado descontentamento com a versão operística do seu romance, que teria simplificado em demasia o seu enredo, criando uma narrativa pasteurizada e utilitária demais para o seu gosto.<sup>16</sup> Não por acaso, então, Alencar retornaria ao tema indianista no período, mas agora buscando separar os aspectos literários e etnográficos do seu trabalho dos seus aspectos mais diretamente políticos e nacionalistas. O novo livro, como veremos, retoma temas e propostas dos seus romances anteriores, mas, diferente de *Iracema* e de *O Guarani*, *Ubirajara* é situado em um passado que precede à chegada do colonizador português nas Américas, permitindo evitar o tema do encontro entre indígenas e portugueses tão caro para o indianismo oficial; um movimento que permitiria ao autor distanciar-se da monarquia de Bragança sem renunciar a seu projeto literário indianista.

Em outras palavras, Alencar evita no livro uma linha mais direta entre o mito e a própria história, como acontecera nos romances anteriores. Ainda assim, o tema fundacional não desaparece por completo, uma vez que a narrativa conta a história do surgimento da nação ubirajara a partir do encontro entre o guerreiro araguaia Jaguarê e a bela tocantim Araci. O caráter simbólico e fundacional do romance ganha uma forma mais literária e menos política, pois não aponta de forma direta para a própria monarquia, ou para a defesa portuguesa das terras brasileiras, como acontecera nos livros anteriores do autor. Há, em outras palavras, no jogo entre estética e política central do romantismo, uma inversão de prioridade em relação à própria obra indianista anterior do autor, causada pela sua desilusão com a monarquia. O romance ainda pode ser visto como o livro fundacional de uma nação, algo defendido por Alencar para o indianismo desde o debate acerca da *Confederação dos Tamoios*, mas esta nação não é mais resumível à monarquia de Bragança. *Ubirajara* retoma temas centrais do indianismo de Alencar, com destaque para o diálogo com os cronistas e com a pesquisa etnográfica do período, além da criação de uma linguagem adâmica para se escrever este passado mitológico, algo central também em *Iracema*. O romance, assim como seus predecessores, também toma

---

<sup>16</sup> Sobre a obra de Gomes e a sua relação com a obra de Alencar, ver LOTUFO, Marcelo. “José de Alencar na Itália oitocentista” em *Journal of Lusophone Studies* v. 6.1 Primavera de 2021.

estruturas da literatura romântica europeia, principalmente das novelas de cavalaria, como já estudou Cavalcanti Proença, para criar o seu enredo. O encontro entre Araci e Jaguarê é marcado por uma grande festividade onde se escolherá o guerreiro mais forte, que será digno de se casar com a bela e casta princesa. As festividades são vencidas pelo estrangeiro misterioso, que se revela membro de uma tribo inimiga, e pela sua braveza e coragem acaba levando a junção das duas tribos sob um novo nome.

Jaguarê, Araci, Pojuçã e Itacã acentuam o caráter mitológico que Alencar busca dar para a história ao serem descritos como verdadeiros deuses da floresta, de força e resiliência lendárias, que se enfrentam nas matas brasileiras: “Os tacapes toparam no ar e os dois guerreiros rodaram como as torrentes impetuosas no remoinho da Itaoca. Dez vezes as clavas bateram, e dez vezes volveram para bater de novo. Os animais que passavam na floresta fugiram espavoridos, como se a borrasca ribombasse no céu” (1143). Não há, como acontece em *O Guarani*, ou *Iracema*, uma tentativa de explicar racionalmente estas personagens. Se a mágica do pajé, ao abrir a terra em *Iracema*, é vista como uma artimanha, aqui o caráter sobrenatural e fantástico deste passado parece aceito pelo narrador. Indo além da descrição dos cronistas que pautara a escrita de *O Guarani*, as personagens de *Ubirajara* apontam em sua força guerreira para Siegrified ou Kremilda, lutando nas batalhas da *Canção dos Niebelungos*. Não por acaso, as canções medievais alemãs seriam adaptadas por Richard Wagner para o palco operístico como o ciclo *O anel de Niebelungo* entre 1848 e 1874, mesmo período em que Alencar produziria suas narrativas indianistas. Alencar, retornando ao seu projeto inicial exposto em 1856, busca inscrever o indianismo brasileiro no rol das grandes narrativas fundacionais do ocidente, mesmo que isto o afaste da política mais imediata de exaltação à monarquia de Bragança. Distante da coroa, Alencar se entrega ao grandioso e mitológico. Com *Ubirajara*, ele aponta que a verdadeira grandeza do Brasil precedia a chegada da monarquia e a colonização que, agora, nada mais é do que o fim do período mítico brasileiro; da época das grandes narrativas autóctones.

Ademais, dado o afastamento político de Alencar da monarquia no período, não é de se estranhar que *Ubirajara* represente uma aposta redobrada na pesquisa etnográfica e linguística, já iniciada em *Iracema*. O último romance indianista do autor apresenta uma proliferação de notas de rodapé que explicam o papel da pesquisa na feitura do livro, tanto para a construção do seu enredo como para a linguagem edênica que Alencar propõe para as narrativas míticas brasileiras. Na nota 35, por exemplo, o autor explica a partir da palavra tupi *aguaçaba* a expressão que inventa para a declaração de amor de Araci para Jaguarê. Ou, na nota 50, ele expõe como chegou a partir de uma interpretação das palavras tupi *mebyara* e *membyara* na formulação “senhora do seu corpo” para expressar a liberdade de Aracy. Ou ainda, na longa nota 37, o autor aponta as diferentes leituras do rito antropofágico presentes nos cronistas e historiadores, para defender o caráter cerimonial e religioso do mesmo, questionando o estereótipo da época de que os

ameríndios seriam bárbaros e comedores de gente. As notas, agora abundantes, concorrem em extensão com o próprio enredo do romance, deixando claro que o indianismo para Alencar não era mais um movimento político de apoio à monarquia, mas um projeto literário e investigativo sobre as possibilidades de a literatura romântica incorporar as culturas autóctones do Brasil na criação de uma tradição verdadeiramente americana. Alencar, afastado da monarquia e da vida política, buscava reforçar a importância da pesquisa e da própria tradição literária na sua escrita, esvaziando-a do seu caráter mais instrumental e intervencionista que fora tão útil para a monarquia de Bragança.

O mergulho incisivo no material ameríndio, e o seu afastamento da monarquia, também levam Alencar a repensar a relação entre as populações indígenas e o colonizador português em *Ubirajara*. Como já mencionado, Alencar discorda em suas notas de apontamentos negativos feitos em relação aos indígenas pelos cronistas, assim como critica a violência que a colonização significou para estas populações. Como já apontou Alfredo Bosi, há em *Ubirajara* um olhar mais crítico por parte de Alencar à colonização, retomando a ideia, também presente em Gonçalves Dias, de que o encontro entre portugueses e indígenas não era um novo começo, mas o começo do fim. Apesar da ausência de portugueses no livro, Jurandir reconta ter ouvido do pajé que o futuro ameríndio no Brasil seria confrontado por uma invasão destruidora, o que justificava a união das tribos Araguaia e Tocantim em uma mais forte que pudesse resistir: “Os pajés dos tupinambás lhe disseram que nas águas do Pará sem fim vivia uma nação de guerreiros ferozes, filhos da grande serpente do mar. Um dia esses guerreiros sairiam das águas para tomarem a terra às nações que as habitam” (1162). A futura violência do colonizador português paira sobre o enredo de *Ubirajara* e os temas fundacionais do livro, tensionando a naturalidade da narrativa sacrificial central de *Iracema* e *O Guarani*. E, se a mudança de perspectiva do autor em relação aos portugueses e à colonização pode estar ligada as “ásperas polêmicas” travadas por Alencar com intelectuais portugueses pela existência de uma literatura e linguagem brasileiras (BOSI, p.181), ela também pode estar ligada ao afastamento de Alencar da monarquia de Bragança após os desentendimentos que tivera com Pedro II, e que o levariam a repensar a sua relação com o projeto político e literário do Segundo Império.

Por causa dos elementos familiares usados por Alencar na construção do romance, a crítica coetânea ao autor não reconheceu as novidades que a nova abordagem de Alencar trazia para o seu indianismo. Araripe Jr., por exemplo, aponta que *Ubirajara* não passava de uma repetição dos livros mais bem sucedidos do autor: “Ubirajara é a continuação da trajetória partida de *Iracema*; nada acrescenta ao indianismo; quando muito denota que os seus estudos progrediam, e que o seu espírito entrara alguma coisa pela antropologia selvagem. Em todo o caso, porém, perde sentimento; sendo antes (...) uma paródia, no fundo e na forma, de certas cenas do *Pentateuco*” (apud. ALENCAR, p.

1060). Em um momento em que o império buscava recuperar, após a guerra do Paraguai e o surgimento do partido republicano, algo da estabilidade e coesão do passado, Alencar se recusava a entregar um novo épico para a monarquia, escrevendo um livro que focava na sua própria pesquisa literária e etnográfica. Um gesto importante e complexo na carreira de um escritor que estivera tão próximo dos círculos de poder do império, mas que via ao fim de sua vida a monarquia seguir um caminho que não aprovava.

Lidos com atenção para os diferentes momentos de sua relação com a monarquia, em três décadas distintas, os romances indianistas de Alencar deixam claro que a relação do autor e de sua literatura com o nacionalismo do Segundo Império é mais complexa do que parte da historiografia literária costuma considerar. A relação entre literatura e política no século XIX brasileiro está invariavelmente cortada por uma realidade moldada no contexto escravagista e monárquico. Nem mesmo Alencar, filho de um senador, ministro da justiça e nosso folhetinista mais bem sucedido foi capaz de se desvencilhar da economia do favor e de uma relação ambígua com o poder e a elite estabelecida do período. A relação entre política e literatura torna-se mais dinâmica e complexa quando consideramos as trajetórias particulares de cada autor. E esta complexidade, internalizada nos romances escritos no período, como espero ter mostrado, pode ser uma chave para novas leituras de textos já bastante estudados pela crítica como é o caso da obra alencariana.

## Referências

- ALENCAR, José de. “Como e porque sou romancista” em *Obras Completas* v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1965.
- ALENCAR, José de. *O Guarani*. em *Obras Completas* v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1965.
- ALENCAR, José de. *Iracema*. em *Obras Completas* v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1965.
- ALENCAR, José de. *Ubirajara*. em *Obras Completas* v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1965.
- ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. em *Obras Completas* v. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1965.
- ALENCAR, José de. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro*. São Paulo: Cia das letras, 2015.
- BOSI, Alfredo. “Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar” em *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das letras, 1992.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Ouro sobre azul, 2007.

GUERRA, Álvaro. *José de Alencar: sua vida e suas obras*. Editora Cia Melhoramentos: São Paulo, 1923.

MAGALHÃES Jr., Raimundo. *José de Alencar e sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MARQUES, Wilton. *Gonçalves Dias o poeta na contramão: literatura e escravidão no romantismo brasileiro*. São Carlos: Edufscar, 2010.

MENEZES, Raimundo de. *Cartas e documentos de José de Alencar*. São Paulo: Hucitec, 1977.

MORTON, Timothy. *Ecology Without Nature*. Cambridge: Harvard Press, 2009.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTIAGO, Silviano. “*Liderança e hierarquia em Alencar*” em *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

SCHWARCZ, Lilia M. *As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. “*As ideias fora do lugar*” em *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000.

TREECE, David. *Exilados, Aliados, Rebeldes: O Movimento Indianista, a Política Indigenista e o Estado-Nação Imperial*. São Paulo: Edusp, 2008.